

Quanto o Brasil precisa para fechar suas contas: US\$ 16 bilhões.

Divida externa

JORNAL DA TARDE
28 SET 1983

O Brasil precisaria de pelo menos US\$ 15 a 16 bilhões para fechar as contas externas neste ano e no próximo, sem grande aperto. No entanto, tanto os banqueiros, quanto os governos dos países credores e o Fundo Monetário Internacional só concordaram em dar US\$ 11 bilhões (o governo pedia US\$ 13,7 bilhões), como forma de deixar o País sujeito a suas exigências, sem nenhuma margem de manobra para adotar soluções autônomas. Este comentário foi feito ontem pelo professor Luís Gonzaga Belluzzo, da Unicamp, ao denunciar a orientação dos credores de "manter o Brasil na corda curta".

— É a política de dar a conta-gotas, deixando o Brasil sempre necessitado de uma renegociação em curto prazo. O volume total de 11 bilhões de dólares certamente não será suficiente sem uma renegociação no ano que vem.

A lógica dos grandes banqueiros, induzida desta vez pelo próprio governo norte-americano, e pela posição intransigente do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, é "draconiana".

— Uma política imediatista, dirigida a impedir que o Brasil forme reservas, e dessa forma aumente seu poder de barganha. E partindo do princípio, agora dominante no pensamento de alguns banqueiros e países industrializados, de que os países devedores têm de pagar o preço da irresponsabilidade que cometeram. Os devedores que se ajustem como puderem.

Esta política, perigosa e indesejável, representa um retrocesso em relação à disposição manifestada por bancos credores e governo norte-americano, no ano passado.

— Depois que o México quebrou, o consenso era a favor de uma ação coordenada de bancos centrais e bancos comerciais para rearmar a situação. Agora estamos involuando.

Belluzzo observou também que o México, apesar de ter sido beneficiado pelo fato de ter sido o primeiro país a estourar, e de ter formado reservas antes da declaração de moratória, voltará a ser um grave problema



Pedro Conde

Luís Belluzzo

para a comunidade financeira internacional em 1985.

Dias difíceis

Pedro Conde, diretor-superintendente do BCN, acha que há um aspecto positivo no acordo anunciado pelo FMI: "O político entrando no econômico. É um começo, mas já é produtivo".

No entanto, prevê "dias difíceis até o final do ano, e uma renegociação da dívida em 1984. A renegociação deverá incluir prazo maior na carência e nos pagamentos, uma coisa que já poderia ter sido tentada na primeira renegociação.

"Não invejo o México", disse Pedro Conde, pondo em dúvida que o governo mexicano tenha negociado com mais habilidade a sua dívida externa. A situação mexicana é "pior que a nossa".

Exportações

O presidente em exercício da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), Augusto Souza Lima, afirmou ontem, no Rio, que o novo acordo do Brasil com o FMI permitirá a retomada do fluxo de financiamento externo às exportações brasileiras, mas os negócios acertados nesta altura do ano só produzirão efeito no primeiro trimestre de 1984.

Acrescentou que os negócios na exportação normalmente têm um prazo de maturação de 90 dias e o acordo com o FMI e os

bancos credores só estará formalmente definido em meados de novembro, presumindo-se que os financiamentos externos às exportações sejam normalizados a partir de dezembro.

A negociação da dívida

O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), empresário César Rogério Valente, elogiou ontem, em Porto Alegre, o pronunciamento do ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, segunda-feira, e voltou a dizer que a condução das negociações da dívida externa brasileira deveria, efetivamente, ser entregue ao Itamaraty.

"O Itamaraty tem o respeito da comunidade internacional, tanto entre os países ricos quanto entre os pobres, e ele é que deveria conduzir as negociações, visando obter para o Brasil uma moratória ampla, negociada governo a governo, de forma que a economia nacional tivesse um período de carência para sua necessária reativação". Para Valente, o comportamento "aberto e sério", além de "liberal", da diplomacia brasileira deu-lhe respeito junto aos países do Terceiro Mundo e também das nações desenvolvidas.

Mas "o ruim", acrescentou, "é que a área econômica interna brasileira, que está conduzindo o problema da dívida externa, teima em posicionamentos que contrariam as mais viáveis propostas de solução com menor custo para a economia nacional. Se a diplomacia brasileira tivesse maior participação, certamente encontraríamos mais facilmente uma solução, com a comunidade internacional aceitando repartir os custos da crise. Como salientou o chanceler Saraiva Guerreiro na ONU, o povo brasileiro continua disposto a fazer sacrifícios, mas tem de ter a perspectiva de que eles levarão a um claro objetivo de melhoria futura de sua situação e da situação do País. Não se pode negar-lhe a perspectiva do desenvolvimento".